



PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a Setembro de 2020

Ano 45 - Nº 246

Foto: Joan Guerrero



DOM PEDRO CASALDÁLIGA, PROFETA, NOS DEIXA A ESPERANÇA

Págs.: 8 a 10

EDITORIAL

As resistências que formam a luta

A presente edição do jornal Pastoral da Terra dedica-se à memória de Dom Pedro Casaldáliga. As palavras, no entanto, são limitadas perto do significado que Dom Pedro teve para a luta dos povos do campo, das águas e das florestas. Pedro é semente, e segue dando frutos de resistência, humildade e sobretudo de indignar-se frente às violações de direitos dos pequenos. Pedro segue entre os encantados e continua, sem dúvida, ao lado dos pobres.

Esta segunda edição, em tempos de emergência sanitária, devido à pandemia de Covid-19, também traz informações sobre diferentes conflitos que são obstáculos à luta pela terra. Entre os tristes exemplos, a edição visibiliza o conflito que afeta as famílias da comunidade Fervedouro, em Jaqueira, no Pernambuco. Situação análoga ao que ocorre nas comunidades de Pati e Gostoso, no Maranhão. Famílias que vivem há décadas na região e produzem alimentos saudáveis que abastecem os municípios ao redor, são ameaçadas por uma empresa do Rio de Janeiro, que reivindica a posse da terra, impondo situações de violência contra os moradores das comunidades.

Terror é o que define os relatos de comunidades tradicionais da região do Rio Abacaxis, entre os municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, no Amazonas. Após ação policial na região, foram registradas sete mortes, sendo uma de indígenas Munduruku e três de ribeirinhos. Assustada, a população que vive na região, se isolou em casa, agravando o acesso a comida e água potável.

Sobre os reflexos da pandemia, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado lançou o relatório “Primeiras reflexões sobre a situação das comunidades do Cerrado frente à pandemia do coronavírus”. O documento joga luz para além dos efeitos sanitários do coronavírus, e mostra como a pandemia aprofundou a situação de vulnerabilidade e pobreza das populações desamparadas de “serviços de saúde, segurança, apoio financeiro e comunicação”. Os desdobramentos da pandemia agravam também a situação das mulheres, ainda mais vulnerabilizadas e desassistidas, no contexto de isolamento social.

A América Latina, em conjuntura de desrespeitos democráticos, resiste a violações de direito de manifestação, como o registrado na Colômbia, e também na Bolívia, em que relatório externo, da organização Human Rights Watch, demonstra a perseguição contra Evo Morales e seus apoiadores. A situação de violação também é verificada na atuação do exército paraguaio, que teve como vítimas fatais duas meninas argentinas de 11 anos.

À sombra de um frondoso - e centenário - pequizeiro, prestamos homenagens a Dom Pedro, e fortalecemos a fé no Deus dos pobres, de pés descalços sobre a terra, de mãos dadas com nossas irmãs e irmãos, sem cercas entre nós.

Desejamos a você uma boa leitura e que continuemos vigilantes contra a pandemia e na luta por direitos!



A libertação da escravidão: de Onésimo no Império Romano e a Situação Análoga da Escravidão no Brasil (2003-2018) – Joel Antonio Ferreira



Joel Antônio Ferreira, nesta obra, traduz a história da escravidão que se repete a cada dia. Há dois milênios já existiam no império romano todas as perversidades contra os seres humanos, os quais eram reduzidos às condições mais degradantes possíveis.

O livro mostra que a história da escravidão é contínua, que palavras cristãs reconfortavam os escravos no império, e que o apóstolo Paulo apresentava aos escravos a liberdade como um axioma absoluto. Paulo lutou pela libertação do escravo Onésimo, a partir dos ideais de igualdade e fraternidade.

Testemunhos da Diversidade - Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT

Lançado em formato digital “Testemunhos da Diversidade” é uma publicação da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT e reúne 21 relatos de pessoas ligadas a grupos pastorais de católicos LGBTQI+ e coletivos leigos, espaços seguros de acolhimento que propõem partilha de experiências e vivência da fé em comunidade para pessoas com sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

“Os textos percorrem as trajetórias de diversas pessoas que passaram, por um lado, por situações de constrangimento, violências e ostracismo em comunidades católicas, mas, por outro, tiveram acolhimento e apoio dos coletivos religiosos para pessoas LGBTQI+ ou em paróquias acolhedoras.”

A publicação pode ser acessada pelo seguinte link: <https://bit.ly/2H5BMnb>



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Antônio Canuto
Caio Barbosa (Reg. Prof.: 009065/DF)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Amanda Costa
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.
Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt

CANADIAN CATHOLIC ORGANIZATION FOR
Development and Peace



MISEREOR
• IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 Comissão Pastoral da Terra

CNPJ: 02.375.913/0001-18

Para doações internacionais:

IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1

Código Swift: CEFXBRSP

Informações cptnacional.org.br

Tiragem: 3.750 exemplares



Ordens de despejos se intensificam em meio à pandemia

Comunidade de vários estados do Brasil enfrentam ameaças de despejos que colocam suas vidas e saúde em risco.

A justiça estadual do município de Vilhena (RO) decidiu por nova reintegração de posse de 77 famílias em área rural ocupada há vários anos por posseiros. A ordem foi divulgada pela Juíza da 2ª Vara Cível de Vilhena e, num momento em que Rondônia já registra 1.129 vítimas da Covid-19 e contabiliza 54.679 casos confirmados da doença, promove ameaça à vida de moradores e moradoras do local.

Em função da decisão, a Polícia Militar do estado convocou reunião presencial para o dia 31 de agosto visando preparar o cumprimento da reintegração do processo. O adiamento das reintegrações de posse já foi solicitado pela Defensoria Pública de Rondônia, que deve ser analisado em segunda instância pelo Tribunal de Justiça.

Já na gleba Burareiro, em Ariquemes, também em Rondônia, a atuação do Ministério Público Federal (MPF), impediu que cerca de 300 famílias do acampamento Canaã (localizado nas fazendas Cruzeiro e Arroba Só Cau) fossem retiradas da região.

Uma decisão da Justiça Estadual determinou que as reintegrações de posse do local sejam suspensas, até que a Justiça Federal analise definitivamente a validade dos títulos de domínio da área em disputa. Os trabalhadores rurais sem-terra estavam sob ameaça de reintegração em razão de ações judiciais movidas por dois pretensos proprietários – João Arnaldo Tucci e Maria Ângela Simões Semeghini.

No estado de Minas Gerais o acampamento Quilombo Campo Grande, que reúne 450 famílias sem-terra no município de Campo do Meio, foi alvo de reintegração de posse violenta, que se concretizou com despejo de 14



Foto: CPT Rondônia

famílias no dia 14 de agosto. Foram três dias de tensão e violações de direitos, em que a Polícia Militar promoveu um ataque agressivo e criminoso aos moradores e moradoras

Em meio à pandemia, o governador Romeu Zema (Novo) colocou a vida e a saúde de milhares de pessoas em risco e mais uma vez o Estado esteve contra os interesses do povo, promovendo uma escalada da contaminação pelo coronavírus e da violência no campo.

As ameaças de despejos também seguem acontecendo no Maranhão. No dia 3 de agosto, o Quilombo Brejo, território de São José dos Pretos, recebeu decisão de reintegração de posse em favor de suposto proprietário da terra, o que colocou em risco a sobrevivência de quatro comunidades, com 60 famílias, que estão há 350 anos no local. A prolação da decisão causou estranheza ao citar, dentre as provas, postagem em rede social.

Esse, que seria o terceiro despejo no Estado do Maranhão apenas no mês de agosto, acabou sendo suspenso por nova decisão judicial, por se tratar de comunidade quilombola e ter o procedimento de titulação em curso no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

CNBB realiza mobilização contra o tráfico de pessoas

Campanha "Quanto vale a vida?" denuncia a violação humana que sofrem as vítimas do tráfico de pessoas

Entre os dias 26 e 30 de julho, a Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano (CEPEETH), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizou a campanha "Quanto vale a vida?". O objetivo era mobilizar e sensibilizar a Igreja do Brasil e a sociedade brasileira para o enfrentamento ao tráfico de pessoas na semana do Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, 30 de julho. A campanha também pretende chamar a atenção do poder público para a promoção e inclusão social das vítimas e a garantia de seus direitos.

Durante a semana foram lançados vídeos, spot para rádio e materiais informativos sobre o tema relacionado ao tráfico de mulhe-

res, crianças e migrantes. No dia 29, uma live sobre o tema foi realizada.

O tráfico humano desumaniza e transforma as pessoas em objetos, arrancando-lhes a dignidade e a liberdade, dois direitos essenciais. O tráfico de pessoas tem várias finalidades, como a exploração sexual, o trabalho escravo, o trabalho doméstico, a comercialização de órgãos e a adoção ilegal, entre outras. A maioria das vítimas do tráfico de pessoas identificadas no mundo é composta por mulheres, crianças e adolescentes, aliciadas para a exploração sexual. Em segundo lugar, vem a finalidade do trabalho escravo.

(Fonte: CNBB)

Congresso derruba vetos presidenciais a plano emergencial para indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais

Votação é nova vitória de povos indígenas no enfrentamento da Covid-19 e derrota ao governo Bolsonaro.

O Congresso derrubou 16 dos 22 vetos do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei (PL) 1.142/2020, que prevê medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia de Covid-19 entre indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. O PL foi sancionado parcialmente pelo presidente em julho, dando origem à Lei nº 14.021/2020.

A análise dos vetos ocorreu em duas sessões diferentes no dia 19 de agosto, na Câmara e no Senado. O resultado final, obtido numa votação única em cada casa, foi negociado numa reunião de líderes, na véspera. Partidos de oposição, como Rede e Psol, defenderam a derrubada de todos os vetos, mas preferiram aceitar o acordo por não terem votos para fazer valer sua posição.

Foram rejeitados os vetos aos dispositivos que garantiam oferta de água potável, materiais de higiene e limpeza, leitos hospitalares, UTIs e materiais informativos para os territórios indígenas. O mesmo ocorreu com os que obrigam o governo a elaborar planos específicos para indígenas

isolados e de recente contato, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Também caíram os vetos a mecanismos que facilitem o acesso ao auxílio emergencial para as populações abarcadas pelo projeto. Agora, esses dispositivos serão incorporados à Lei.

Vetos mantidos

Foi mantido o veto ao dispositivo que obrigava a administração federal a distribuir cestas básicas às comunidades indígenas. Segundo a justificativa do governo, já há pro-



Foto: Elvis Marques

gramas oficiais em andamento com o mesmo objetivo. Também foram mantidos os vetos à criação de um programa de crédito agrícola para as populações indígenas e tradicionais e à indicação de dotação orçamentária específica para algumas das ações estabelecidas no projeto. Nesses dois casos, o governo alegou que a proposta criaria despesas obrigatórias sem estimar seu impacto financeiro, o que seria contra as leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) e de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

(Fonte: Instituto Socioambiental)

Justiça requer suspensão de ordem de despejo na Fazenda Palotina

No estado do Amazonas, a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM) requereu na Justiça a suspensão do cumprimento de nova ordem de despejo na Fazenda Palotina, localizada na zona rural no município de Lábrea (a 701 km de Manaus), tendo em vista as inúmeras entidades que recomendaram a suspensão de mandados coletivos de reintegração de posse em respeito aos direitos fundamentais dos mais vulneráveis e para a contenção de danos pela disseminação do Covid-19.

Recentemente, mais de 104 entidades nacionais e internacionais da sociedade civil se mobilizaram junto ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Mato Grosso – CDDPH/MT, solicitando a suspensão de todos os despejos forçados no estado. O pedido ocorre num momento em que o Mato Grosso registra um descontrole da pandemia, somando mais de 90 mil casos e 2.756 de mortes por coronavírus.

Segundo o ofício protocolado, o



Foto: DPE/AM

CDDPH-MT recebeu inúmeras denúncias de despejos por decisões judiciais em andamento no estado no período de pandemia da Covid-19. O Conselho considera que as centenas de famílias estão vivenciando cotidianamente o isolamento social, e desenvolvendo diversas atividades produtivas, com suas pequenas roças e criação de pequenos animais para subsistência e que os despejos, caso efetuados neste momento irão colocar milhares expostas à possibilidade de contágio da Covid-19.

(Fonte: DPE/AM)

COMUNIDADES TRADICIONAIS

'A luta pela terra em Gostoso': Empresa ameaça comunidade tradicional no Maranhão

Os moradores da comunidade do Gostoso, localizada no município de Aldeias Altas (MA), que vivem há décadas na região, estão sendo ameaçados por supostos funcionários da empresa Costa Pinto.

CPT - REGIONAL MARANHÃO*

“Eu sou Edite, sou moradora aqui do Gostoso, sou lavradora, quebradeira de coco. O que eu preciso muito é da terra pra eu plantar, ter moradia digna pra mim, meus filhos e meus netos. Aqui a gente planta, colhe o feijão, a melancia, o milho, a mandioca... por isso a gente tá precisando da terra pra gente plantar, ter nosso próprio alimento sem depender de ninguém. Aqui temos uma terra muito rica pra nós, daqui que tiramos nosso sustento, tiramos nosso babaçu pra fazer nosso óleo, da casca nós faz o carvão. Aqui nós levamos nossos filhos para brincar na areia, nos riachos. Vamos pescar. Aqui nós temos nosso legume, nosso arroz, feijão. Aqui é uma riqueza para nós. Para isso nós precisamos que o governo e as autoridades maiores, vejam que nós estamos sendo ameaçados. Que a gente não pode nem ir mais para tirar nosso feijão que os capangas estão aqui para mandar nós parar e nós não vamos parar de trabalhar, porque se nós parar de trabalhar nós vai morrer de fome”- Maria Edite moradora da Comunidade do Gostoso.

Diante de duas grandes ameaças à vida da comunidade Gostoso ocorridas no dia 17 de julho deste ano, dois agentes da CPT Regional Maranhão, a convite da comunidade e obedecendo os protocolos de distanciamento e segurança, por conta da pandemia do novo coronavírus – Covid19 –, estiveram na comunidade para ouvir os camponeses/as sobre as últimas ocorrências de conflito.

Contexto do Conflito

Conforme relatos da comunidade, foram feitas ameaças diretas por quatro homens em um veículo Renault Sandero, que se diziam funcionários da empresa Costa Pinto. Segundo eles, os homens foram até às roças dos camponeses/as para impedir a colheita a partir daquele dia (melancia, feijão, mandioca,



Foto: Mário Manzi

entre outros). Vídeos feitos pela comunidade mostram que os funcionários da empresa teriam determinado que parassem de trabalhar naquela área, alegando que a área é parte da Barriguda (fato que não procede porque Barriguda está para outro lado e não limita com Gostoso). Essas ameaças têm sido constantes nos últimos meses, mesmo nesse período de pandemia. Funcionários da Costa Pinto tem cortado arame das roças dos trabalhadores por diversas vezes, ocorrências sempre registradas na delegacia de polícia.

Na decisão do Desembargador Ricardo Dualibe contra um Agravo de Instrumento da comunidade, que pedia a suspensão da reintegração de posse, o desembargador desqualificou a posse das 24 famílias que vivem há décadas na área denominada Pati/Gostoso. Segundo o ele, não ficou comprovado a existência de conflito coletivo e que por falta de um decreto de interesse do In-cra pela área, assim decidiu a favor de uma empresa do Rio de Janeiro que diz deter mais de 75 mil hectares de terra,

que abrangem os municípios de Aldeias Altas, Caxias, Codó e Afonso Cunha. Essa ameaça foi entendida como um atentado à vida de uma comunidade inteira porque destroi a esperança de quem ainda acredita na justiça. A justiça deve colocar a vida humana como direito mais relevante que o direito à propriedade privada, ou ao direito à acumulação da renda. A assessoria jurídica que atende a comunidade recorreu, por meio de agravo interno, da decisão do desembargador Ricardo Dualibe, que negou a suspensão da reintegração de posse.

Ao saber da decisão do desembargador houve um sentimento de profunda tristeza na comunidade. Luís, pai de 7 filhos, sendo uma portadora de necessidades especiais, com os olhos transbordando em lágrimas e o coração aos prantos, riscando o chão com um pequeno galho, perguntava:

“O que é mesmo um desembargador, é o mesmo que juiz? Como ele pode decidir sobre nossas vidas se nunca esteve aqui? Nunca olhou a gente, nunca viu

nossos filhos, nossas roças, nossas casas, nossas criações. Como pode decidir a favor de quem não precisa dessa terra pra viver se já tem tanta terra? O desembargador não sabe que se a gente for expulso daqui o nosso destino vai ser morrer? O que a gente sabe fazer é cuidar de roça e é de lá que a gente tira nosso sustento. Ninguém aqui é empregado de ninguém, todo mundo aqui trabalha em suas roças. Ninguém tem pra onde ir”- Luís Rodrigues.

Histórico da comunidade

O território denominado Pati/Gostoso é antigo, anterior à vinda da Costa Pinto para o Maranhão. Parte das 24 famílias que resiste ao conflito com a empresa já havia sido expulsa pela mesma no povoado Pitombeira, que foi varrido do mapa com a expansão da cana na década de 1980. Essas famílias foram acolhidas pelos antigos moradores de Pati/Gostoso, que há muito tempo viviam ameaçadas pelos criadores de gado da região, que soltavam o gado nos pastos naturais situados no território. Segundo os moradores, a área chegou a ter cerca de 800 cabeças de gado que destruíram roças e os quintais. Inúmeras denúncias foram feitas na época.

A presença da empresa Costa Pinto no Maranhão sempre foi conflituosa com as comunidades tradicionais na região onde atua. Parte dessa história é contada por Luís, 43 anos:

“Nossa família morou 5 anos na Pitombeira e saiu de lá expulsa. De lá pra cá a gente continuou essa luta pra gente trabalhar e viver, e fomos adotados, acolhidos pela comunidade que ajudou a gente, daí estamos aqui há algum tempo porque a gente precisa dessa terra pra trabalhar, poder plantar, sobreviver, sabe? Sem essa terra a gente perde muita coisa, a gente precisa plantar, praticamente nós sabemos fazer é isso: plantamos feijão, arroz, maniába, o maxixe e a melancia e mais outros alimentos para a nossa sobrevivência. Depois que fomos

COMUNIDADES TRADICIONAIS

expulsos da Pitombeira, ficamos um ano sem chão. Corria pra um lado, corria pro outro, e eu lembro que pedia a Deus que nos desse uma terra para trabalhar, foi quando a gente recebeu o convite da comunidade e a CPT nos apoiou e viemos para cá. Quando dá hoje estamos sofrendo essas ameaças sem poder plantar mais. Ela [Empresa Costa Pinto] está sempre tentando parar nossa produção, mas nós temos que continuar, sempre resistir porque a gente precisa dessa convivência com a terra e porque a gente precisa manter nossa família. Em 2005 a Costa Pinto tirou muitas famílias da Pitombeira e botou na periferia e nós não fomos pra lá... Nós vamos resistir até o fim, com fé em Deus e Nossa Senhora”- Luís Rodrigues.

Atualmente, Pati/Gostoso tornou-se o principal produtor de alimentos agrícolas no município de Aldeias Altas, apesar de ser uma comunidade pequena. Ao longo dos anos os camponeses e camponesas da comunidade foram acumulando conhecimentos e desenvolvendo novas técnicas de produção e hoje produzem alimentos saudáveis livres de agrotóxicos e adubos químicos. Nenhuma média ou grande empresa agrícola produz em quantidades como essas famílias, sem que usem adubos químicos e inseticidas, contaminando os alimentos e causando os mais diversos tipos de doenças.

Comunidade produz alimentos saudáveis para a população

Para o ano de 2020, em uma contagem prévia, a comunidade estima colher mais de 40 toneladas de melancia e cerca de 38 toneladas de mandioca para fazer farinha artesanal e goma. Informaram que chegam a produzir cerca de 900 litros de azeite de coco babaçu, aproveitando o que a natureza dispõe e produzem óleo de forma artesanal. Da casca do coco aproveitam para fazer o carvão usado em casa. Por reconhecer tamanho valor das palmeiras, as pes-

soas da comunidade se articulam para apagar o fogo quando ameaça adentrar no território, ocorrências muito comuns no período de estiagem. Em uma rápida visita às roças e aos paióis de alimentos, é possível perceber o grau de autonomia alimentar que a comunidade possui nesse período. Informaram que entre arroz, feijão, milho e verduras é possível que chegue neste ano de 2020 a mais de 9 toneladas, o suficiente para garantir por um bom tempo a alimentação de todos/as e ainda contribuir com o mercado local, pois vários produtos são perecíveis.

Para garantir os nutrientes que o

Um processo que todos os municípios maranhenses poderiam desenvolver por disporem de tantas terras boas para o cultivo e chuvas abundantes.

Entre essas 24 famílias ameaçadas, 6 acessam o Crediamigo e 2 famílias, o Agroamigo, ambos recursos públicos disponíveis pelo Banco do Nordeste. Outras 6 famílias já receberam apoio da Rede Mandioca, um projeto executado pela Cáritas Brasileira – Regional Maranhão com apoio da Fundação Interamericana para o desenvolvimento sustentável de comunidades.

A produção agrícola na comuni-

os órgãos públicos municipais e estadual, como o caso da polícia militar local quando foi à comunidade em novembro de 2017 e prendeu 22 pessoas, trabalhadoras e trabalhadores, por tentarem impedir a ação de um trator que fazia um variante que cortava o território ao meio. Segundo a comunidade, foi necessário agir para proteger o território.

Cultura e religiosidade

Há uma capela que tem como padroeiro São Raimundo Nonato, um catalão que teve sua vida ligada à história de libertação de 150 cristãos escravizados na Argélia por mulçumanos, no século XIII. Há também uma escola, que funciona com uma sala de aula no modo multisseriado, com 18 alunos/as e que vai desde a pré-escola ao 5º ano do ensino fundamental. Essa escola, que tantas vezes foi ameaçada de fechar, talvez represente também a esperança de libertação para uma comunidade onde a maioria não sabe ler e escrever.

“Eu tenho 39 anos e tenho 5 filhos, o que eu sei é trabalhar de roça, a nossa profissão é essa. Eu sou uma pessoa que nunca estudei, mas a gente vive aqui é da roça, de plantar arroz, melancia, feijão... então é daqui que nós vive e daqui nós não sai não, é um direito que nós tem... Quase todo dia eu oro para Deus, peço a Deus para que a gente consiga essa terra sem conflito nenhum. A Costa Pinto ameaça a gente aqui dizendo pra não plantar” - Adão Rodrigues.

As falas de Edite, Luís e Adão, soam como clamor a Deus e súplica às autoridades para que percebam e para que os vejam como gente, como humanos. É um grito desesperador que ressoa e que quer chegar ao lugar mais distante para que suas preces e desejos sejam ouvidos. Nessas falas carregadas de coragem e teimosia há uma profunda relação de amor com a terra, com a Mãe Terra, a Grande Casa Comum. Há um cuidado para não contaminar com veneno o solo que suas crianças brincam e nem a água que bebem todos os dias.



Foto: Mário Manzi

so precisa para uma boa produção e reduzir os impactos ao meio ambiente, a comunidade cultiva arroz, milho, mandioca, vinagreira, maxixe, quiabo, feijão, fava, gergelim, batata doce, entre outros, em sistema de cultivo consorciado, evitando a proliferação de insetos, a erosão do solo. A variedade de alimentos cultivada é usada para atender as necessidades das famílias e o excedente é comercializado, contribuindo com o comércio local, tornando Aldeias Altas menos dependente das grandes empresas agrícolas que produzem no vale do São Francisco, Pernambuco e Bahia ou em Tianguá – Ceará e Apodi – Rio Grande do Norte.

dade é de base familiar e não tem apoio da secretaria municipal de agricultura. Tiveram tal apoio no passado, mas, segundo os camponeses/as, precisavam se humilhar. Atualmente, celebram o fato de terem conseguido dar continuidade sem esse apoio, porque entendem que quanto mais autonomia e independência tiverem, conseguem ter maior liberdade política e econômica.

As políticas públicas no interior do estado quase sempre são aplicadas como troca de favor político. Em Aldeias Altas, o poder da Costa Pinto permeia toda a estrutura administrativa e exerce grande influência sobre todos

CONFLITO DE TERRA

“O amor que temos pela terra é maior”

Famílias da comunidade Fervedouro (PE) resistem a ameaças e clamam por justiça

RENATA ALBUQUERQUE*

Fervedouro era um lugar de paz. Hoje, o medo domina. O medo da violência que vem acontecendo desde que essa empresa chegou”. As palavras são de uma camponesa de 41 anos, nascida e criada na comunidade localizada no município de Jaqueira, Zona da Mata Sul de Pernambuco. Ela prefere não se identificar. Teme pela vida dos filhos.

O temor da agricultora é o mesmo sentido por toda a comunidade. Formada por 72 famílias camponesas posseiras, Fervedouro está há tantas gerações fincada na terra que os mais novos guardam histórias remotas dos mais velhos sobre as locomotivas que transportavam açúcar na região e sobre a chegada do asfalto.

Agora, a história é diferente. “Ninguém consegue mais dormir ou conversar com a vizinhança na porta de casa. Quando dá 17h00, fechamos tudo”, lamenta a camponesa. A comunidade denuncia estar exposta a todo tipo de ameaças e de violações de direitos provocadas pela empresa Agropecuária Mata Sul S/A, com quem vive um dos mais graves conflitos por terra da região nos últimos dez anos.

A empresa tem como representante Guilherme Cavalcanti de Petribú de Albuquerque Maranhão. Membro de uma tradicional família do setor sucroalcooleiro em Pernambuco, o empresário é também irmão de Marcello Maranhão, prefeito da cidade de Ribeirão, vizinha a Jaqueira. As terras em questão foram arrendadas à empresa em 2017 pela Usina Frei Caneca, desativada há anos e possuidora de dívidas multimilionárias com o estado e com a União.

Escalada da violência

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) acompanha a comunidade em sua luta pelo direito de permanecer no local desde 2013. Mas foi em 2017, com a chegada da empresa, que a situação se agravou. A partir daí, a CPT passou a receber semanalmente denúncias de destruições e queimadas de lavouras e de mata nativa, destruição de cercas, de contaminação de lavouras e de fontes de água por agrotóxicos, vigilância por meio de drones, esbulho de suas posses, presença de milícia armada e privada. A lista das violências só aumentava.

Tanta arbitrariedade passou a revoltar as famílias do Engenho: “aquí so-



Foto: CPT Nordeste 2

mos trabalhadores e trabalhadoras e estamos lutando para todo mundo ficar com seu pedaço de terra, para trabalhar, para viver. Queremos justiça”, comenta outra camponesa da comunidade.

Em 2019, a escalada da violência acelerou o passo e atingiu patamares avassaladores: ameaças de morte, intimidações, perseguições e até tentativas de assassinato. Em meio a uma pandemia, as famílias sentiram na pele que a ganância do latifúndio não faz quarentena e que a balança da justiça há muito anda quebrada.

Recentemente, chegou à comunidade a informação de que há uma lista de agricultores da região marcados para morrer. A notícia veio na mesma semana de 16 de junho, data em que o agricultor Edeilson Alexandre Fernandes da Silva foi alvejado por sete tiros quando saía da comunidade em direção à sede do município de Jaqueira. O camponês ainda se encontra em estado grave.

“Não somos bandidos”

Soma-se à escalada da violência, as tentativas de criminalização da comunidade. Em 16 de junho, exatamente um mês antes da tentativa de assassinato de Edeilson, ele e outros/as agricultores/as do Engenho foram alvos de mandados de busca e apreensão e de prisões temporárias, realizados pela Polícia Civil. Dez famílias tiveram suas casas reviradas, foram realizadas conduções coercitivas ilegais e dois camponeses foram presos injustamente. O inquérito policial que deu origem à operação concluiu, sem quaisquer provas, que as

famílias estariam associadas ao crime de tráfico de drogas e de armas.

O agricultor José Severino Elias da Silva, 45, conhecido como Branco, foi um dos presos. O camponês foi abordado pela Polícia quando retornava para casa depois de um dia de trabalho na roça. Foi algemado. Pergunto o porquê, mas só soube da resposta quando chegou ao 10º Batalhão da PM, em Palmares: tráfico de drogas e de armas. Passou dois dias preso. Ao voltar para casa, foi recepcionado pela comunidade com cartazes e abraços. “Eu estou muito magoado. Acordo de madrugada e fico pensando nisso. Estou me sentindo muito injustiçado. Não sou bandido, mas agora aonde eu chegar, vão dizer que uso drogas. Estou revoltado”, lamenta.

A situação fez com que a CPT e várias organizações de direitos humanos ingressassem com representação na Corregedoria da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) contra o delegado Flávio Marcel Sorolla, que conduziu o inquérito e a operação policial. As organizações também reivindicam a designação de um delegado ou delegada especial, de



Foto: CPT Nordeste 2

fora da região, para que possa adotar providências imparciais, isentas e eficazes de investigação dos crimes cometidos contra famílias do local.

“Estamos desprotegidos de tudo e de todos”. Ernande Vicente Barbosa, 54, autor da frase, é um dos ameaçados de morte na comunidade. Ele e vários outros agricultores e agricultoras do local vêm sofrendo com as tentativas de criminalização por representarem resistência contra as investidas da empresa. Dias após a declaração dada à CPT, Ernande foi preso, em 21 de agosto. Até o fechamento deste texto, o agricultor ainda não havia sido libertado.

Atualmente, a comunidade de Fervedouro é o epicentro do conflito, mas existem outras comunidades vizinhas que

vivem há décadas em terras que hoje estão arrendadas à Agropecuária Mata Sul. São aproximadamente 1.200 famílias de comunidades como: Barro Branco, Caixa D’água, Laranjeira, Várzea Velha, entre outras.

Solução nas mãos do Governo de Pernambuco

As famílias têm clamado para que o Governo estadual atue de modo enérgico para estancar a violência no local. A principal reivindicação é para que o Governo cobre os débitos multimilionários da proprietária da área, a Usina Frei Caneca, e que sejam revertidos em terra para as famílias agricultoras que lá vivem há gerações. Por meio de consulta feita à Certidão Narrativa de Débitos Fiscais, é possível constatar que a Usina deve mais de R\$ 62 milhões à Fazenda Estadual. A Frei Caneca também possui, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, 121 ações trabalhistas. Além disso, existe ainda uma dívida com o governo federal de mais de R\$92 milhões.

“Nada justifica a existência de ‘barões do açúcar’ que não produzem um grama de nada e ainda devem dezenas de milhões aos cofres públicos. Ainda assim, esses Barões seguem dominando. A conclusão a que chegamos é que a violência é opção do Estado, já que poderia resolver o problema assentando as famílias e apenas trocando dívidas por terra”, destaca a agente pastoral da CPT Nordeste 2, Marluce Melo.

Enquanto a Usina Frei Caneca deve milhões e arrenda suas terras para uma empresa violadora de direitos, a comunidade segue firme na esperança de dias de paz. José Adriano de Andrade, 42, é o atual presidente da associação dos moradores e moradoras de Fervedouro e fala com orgulho da comunidade em que nasceu. Ele seguiu os passos do pai, hoje com 90 anos. Cultiva de tudo um pouco: macaxeira, batata, milho, feijão, verduras, banana, abacaxi. “A comunidade é uma fartura”, comenta. Hoje, mesmo com a morte à espreita, ele fala de amor. “Temos medo. Estamos à mercê aqui, mas o amor que temos pela terra é maior. Então, a nossa resistência cada vez mais será maior para a sobrevivência da gente nesta terra”, assegura.

PANDEMIA E SOLIDARIEDADE

Planeta ainda em quarentena: as mudanças forçadas causadas pela covid-19

A prática da solidariedade em contraponto à pandemia do novo coronavírus. Enquanto o mundo espera pela vacina, práticas de solidariedade podem tornar a quarentena menos penosa.

CAIO BARBOSA*

Chegamos a setembro, seguimos em isolamento social e seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) no combate a covid-19. O vírus originado na China abalou o planeta e colocou a sociedade em quarentena, estamos enfrentando uma das principais crises sanitárias na história da humanidade. O vírus se alastra pelo planeta: são 30 milhões de casos de contaminação registrados e mais de 942 mil óbitos. No Brasil, superamos os 130 mil óbitos, dentre os mais de 4,4 milhões de casos confirmados em todo o país.

“Ainda estamos no meio de uma pandemia intensa e muito grave. Está presente em todas as comunidades do mundo”, afirmou Margaret Harris, porta-voz da OMS, em recente pronunciamento sobre a continuidade da covid-19. No final de janeiro eram “apenas” mil casos relatados de coronavírus e mais de 200 mortes. Nenhum dos casos havia ocorrido fora da China. Atualmente menos de 10 países não tiveram registros da covid-19, a pequena ilha de Palau, no Oceano Pacífico, é um deles.

A humanidade espera por uma vacina, segundo informações da



Foto: MPABrasil

OMS, das 166 vacinas desenvolvidas até o momento, como possibilidade de combate ao coronavírus, 24 estão na primeira fase dos teste clínicos (realizados em seres humanos), e seis estão na fase 3 dos testes, sendo de pesquisas realizadas em China, Estados Unidos, Índia, Coreia do Sul, Alemanha, Canadá, Austrália e Rússia.

Conjuntura brasileira

No Brasil, a covid-19 matou

mais que o rompimento da barragem de Brumadinho e até o dobro das vidas perdidas pela tropa brasileira na Guerra do Paraguai. O país enfrenta impactos para além das milhares de vítimas, o efeito colateral da pandemia atingiu todos os setores da sociedade. O nosso sistema de saúde entrou em colapso, completamos quatro meses, até o ministro interino da Saúde ser empossado titular da pasta - o general Eduardo Pazuello.

Além disso, os planos para educação também não funcionaram, o ensino à distância impõe barreiras aos estudantes com acesso restrito a tecnologia e conexão à Internet. A economia está enfraquecida, temos uma legião de desempregados, segundo dados do IBGE, 12,6 milhões de brasileiros estavam desempregados na primeira semana do mês de agosto.

Após forte pressão da oposição, o Governo Federal vem pagando o auxílio emergencial, benefício para socorrer trabalhadores informais, desempregados e os microempreendedores individuais (MEI), ajudando a enfrentar a crise do coronavírus. Começou com duração de três meses, e depois foram anunciadas duas parcelas extras.

Jair Bolsonaro (sem partido), disse durante transmissão realizada nas redes sociais “Vamos prorrogar o auxílio emergencial até o final do ano. [...] Não dá para manter os R\$ 600. Falaram em R\$ 200, é pouco demais. É pouco para quem recebe, mas é muito para quem paga”, após o pronunciamento, o Governo Federal confirmou a prorrogação do programa, porém, reduzindo o valor para 300 reais.

Solidariedade Social durante a pandemia

Desde o anúncio do surgimento do coronavírus, o planeta mudou profundamente, nossas vidas mudaram. A palavra solidariedade nunca fez tanto sentido como agora. Ações solidárias foram colocadas em prática por meio do trabalho conjunto dos movimentos sociais, populares e das CPT's. As atividades de solidariedade se espalham pelo país, sendo uma esperança para superar a crise epidêmica do coronavírus.

Toneladas de alimentos e



Foto: CPT/MG

materiais de higiene foram arrecadados e distribuídos para as comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a dura realidade regional e a desigualdade são adubos para aumentar a crise, e sem um plano efetivo das autoridades a população depende cada vez mais das próprias forças e de solidariedade.

Por isso, é preciso seguir tomando os cuidados para

combater o coronavírus até a aprovação e aplicação de uma vacina segura. E que a solidariedade seja cada vez mais colocada em prática, pois é preciso reinventar o mundo, cuidar mais da natureza, preservar os ensinamentos dos Povos e repensar nossas relações sociais. Unidos em solidariedade que conseguiremos sair dessa “eterna” quarentena.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

Em um ato de rebeldia

Às 9h40 do dia 08 de agosto, um típico-ensolarado, Pedro Maria Casaldáliga Plá encerrou sua caminhada neste mundo. Também foi num dia 08, de um agosto parecido, lá em 1971, que Pedro aceitava a nomeação para ser bispo da prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

AMANDA COSTA*, com
contribuição dos relatos de
Antônio Canuto

A simplicidade de Dom Pedro Casaldáliga sempre pôde logo ser percebida em como gostava que o chamassem: Pedro. Simples assim, apenas Pedro, com a humildade nata que o próprio nome carrega. Pedro, assim como os tantos outros Pedros, Joões e Marias existentes nos Brasis. Sem título eclesial, sem o sobrenome em seguida. Pedro se tornou um bispo que dispensava a pompa episcopal e preferia ser identificado como o “irmão”, especialmente dos desamparados. Por isso, permitam-me mencioná-lo com a mesma intenção e simplicidade. Falo aqui do Pedro-irmão.

Em São Félix do Araguaia, onde Pedro decidiu morar após sair da Espanha franquista em 1968, sua casa praticamente não se distinguia de qualquer outra da vizinhança. Seguir certa rua até o fim, passar a praça e virar à esquerda: essas foram as orientações sinalizadas no relato de Maria Fernanda Ribeiro, jornalista que escreveu sobre sua busca à casa de Pedro. Uma torneira na porta era o ponto de referência. Foi nesta casa, que transparecia a mesma simplicidade de Pedro, onde ele decidiu viver até os últimos dias de sua vida. E foram-se mais de 50 anos.

Os primeiros anos de Pedro naquele município de até então 600 habitantes, reforçou ainda mais sua motivação em servir aos pobres, aos pequenos, concretizando em prática permanente o Reinado de Deus, inaugurado por Jesus de Nazaré, a quem amou e foi fiel. Em suas andanças pelo interior, na carroceria de um caminhão de sacos de arroz ou na garupa de uma bicicleta, Pedro indignou-se. A indignação emergiu diante de uma realidade que ardia. Naquele território

amazônico, se deparou com retirantes de uma migração forçada carregando apenas os filhos e uma sacola, camponeses nordestinos submetidos a condições de escravidão, povos indígenas e tradicionais expulsos de suas terras por latifundiários, negros maltratados, crianças marginalizadas, mulheres subjugadas.

Sua indignação aumentava ao mesmo tempo em que se transformava em rebeldia. Subversivo como uma criança que possui a subversão inerente à própria existência, Pedro pôs-se no enfrentamento da opressão que historicamente sacrificava a vida de peões, posseiros, trabalhadores e trabalhadoras, ribeirinhos e ribeirinhas, indígenas, quilombolas - de pessoas simples dos cantos do Brasil e da América Latina, vítimas do capital e do latifúndio. Movido por revolução, da Amazônia à Selva Lacandona, incentivou a derrubada de cercas como símbolo de defesa da democracia e, sobretudo, do direito ao sonho. Sonhava com um mundo possível e preservado para os povos originários e tradicionais. Na contramão, Pedro construiu uma igreja que ganhou corpo junto ao povo. A Prelazia de São Félix se constituiu, portanto, como uma igreja acolhedora, solidária, plural e contra hierarquias.

**“[...] Recolhemos sonhos,
dores, esperanças,
polimos penas, tormentos,
fúrias e o impulso elementar
de liberdade
que orientam os passos
desse estranho peregrino.
[...]”**

Radicalmente fiel ao Evangelho, aquele proferido de forma não colonizada, assim como Jesus Cristo, filho do Deus de todos, se fez humano e caminhou ao lado



Foto: Douglas Mansur

dos empobrecidos denunciando as injustiças de uma sociedade imersa em uma cruel desigualdade. Pedro foi um dos bispos que melhor viveu e implantou as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II e os compromissos assumidos no Pacto das Catacumbas, assinados por centenas de bispos e traduzidos para a realidade latino-americana pela II Conferência latino-americana, realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968.

Dois anos após sua chegada no Mato Grosso, a rebeldia de Pedro foi estampada na publicação da primeira denúncia que o tornou conhecido no Brasil e nos arredores do mundo. “Escravidão e Feudalismo no norte de Mato Grosso” expôs para autoridades da Igreja e governos as feridas dos abusos sofridos pela população marginalizada do estado. Em meio a um contexto de ditadura militar, em que grandes proprietários de terras garantiam respaldo, Pedro passou a ser perseguido por poderosos e beneficiários do poder imperante. Mas não parou.

Sustentada na fé, essa rebeldia fez brotar a fidelidade ao Evangelho como uma semente que germina e rompe a mais rígida estrutura. Sua “fidelidade-rebelde” transpassou religiões e igrejas que insistem em recusar a simplicidade e aceitam privilégios, estes que são concedidos aos

abastados e negados aos mais pobres. Seu compromisso sempre foi o povo. Por isso, durante toda a vida foi avesso a qualquer adereço que o diferenciava ou afastava dele, e contrariou todo o ritualismo romano da liturgia.

**“Por meu povo
em luta, vivo
Com meu povo
em marcha, vou
Tenho fé de
guerrilheiro e
amor de revolução.”**

Apesar de resistente a ideia de ser bispo — chegou a escrever uma carta de não-aceitação — se reuniu com Dom Tomás Balduino, e todos os agentes de pastoral presentes na Prelazia para discutir a nomeação, quebrando todas as normas do sigilo pontifício que a estrutura eclesial exigia. Todos concordaram que Pedro deveria aceitar. Ele comentou esta decisão no livro “Creio na Justiça e na Esperança”, página 44:

“Decidiram que era melhor o mau conhecido, do que o bom por conhecer.

CASALDÁLIGA

ia, Pedro se fez povo

Uma vez mais expus meus limites e idiosincrasias, 'meu carisma, talvez'. E declarei meu propósito irrevogável de seguir ao povo de Serra Nova – ou a qualquer outro povo da prelazia – se um dia fosse deportado. Nada que a condição episcopal me pudesse impedir”.

Em 1971, durante sua ordenação episcopal, de chinelo sob as terras vermelhas à beira do rio Araguaia, substituiu a mitra pelo chapéu de palha sertanejo e o báculo deu lugar a um remo feito pelos indígenas Tapirapé. O anel de tucum, presente dos índios da região, marcava sua “fidelidade à Nova Aliança do Deus Libertador e ao povo desta terra”, como dizia seu cartão-lembrança do ato. Papa Paulo VI acabava de nomear Pedro bispo da prelazia de São Félix.

Como lembra Antônio Canuto, que viveu mais de duas décadas na região da Prelazia, Pedro não usava batina. “Quando se viu obrigado a ir ao Vaticano para a Visita da Limina, em 1988, teve que tomar emprestada a batina de um seminarista para ir às audiências com os cardeais e com o Papa. Quando a Unicamp lhe concedeu o título de Doutor Honoris Causa, quebrou seu cerimonial em respeito ao estilo de Pedro. Recebeu o título em mangas de camisa, foi dispensado das vestimentas usadas nestes rituais”.

Pouco antes de receber sua ordenação episcopal, enquanto profeta provou que não se calaria. Em 10 de outubro de 1971 publicou o seu texto mais conhecido, que se tornou histórico. A Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” colocou a Prelazia de São Félix no contexto da Amazônia e marcou sua defesa das florestas e das águas, dos camponeses e camponesas e dos povos indígenas na luta pela terra.

Pela primeira vez, expôs com veemência as veias abertas de uma política de desenvolvimento que incentivava grandes proprietários de terras — muitos desses mencionados nominalmente — e submetiam os povos da Amazônia a condições análogas à escravidão e em situação de extrema violência. Suas palavras também denunciavam as atitudes comedidas — talvez até covardes — da Igreja diante da realidade que conde-

nava a vida das famílias envolvidas em conflitos.

Tia Irene, fiel companheira

A Carta Pastoral precisou ser impressa de forma clandestina, fora da região do Araguaia, e a encarregada pela tarefa foi Irmã Irene Franceschini, cúmplice fiel de Pedro. Mais conhecida como Tia Irene, não só passou mais de 30 anos ao seu lado contribuindo na administração de sua casa e atendendo discretamente suas visitas, como foi responsável pela emancipação das mulheres na Amazônia, vítimas não só do latifúndio, mas também do machismo estrutural.

Eram tempos de regime militar. Tia Irene, serena, mas sempre firme, enfrentava até os militares que buscavam provas de envolvimento com a Guerrilha do Araguaia, mas a sua maneira: em meio a confusão, servia-lhes café. Não achariam nada, e ela sabia disso. Sua firmeza e dedicação às causas daquele povo resultou na criação de projetos de alfabetização para adultos e grupos organizados de incentivo ao agir político na busca pelos direitos e liberdade. Junto a Pedro e um grupo de leigas e leigos, fundou a Associação ANSA, organização de solidariedade a serviço da dignidade dos direitos e da construção de uma cidadania plena dos povos que mais sofrem na região do Araguaia.

De volta às problemáticas da Amazônia

Em maio de 1972, depois de ordenado bispo, em companhia de Dom Tomás Balduino e padre Francisco Jentel, participou do Encontro de Pastoral dos Regionais Norte I e Norte II da CNBB, em Santarém, que também reuniu alguns representantes de toda a Amazônia Legal. Em seu diário, descreveu o encontro como “discreto de visão e de arrancada”, mas “ótima oportunidade para conhecer de perto a natureza e a hierarquia da Amazônia pura”.

Dom Tomás Balduino relata que, em uma Assembleia da CNBB em 1974, Pedro propôs a um grupo de bispos um encontro sobre a Amazônia para que fosse pautada como prioridade política. “Já desde então Pedro via a Amazônia como símbolo de uma realidade muito grande, complexa e conflitiva, de caráter sócio-político-cultural-econômico e religioso, de dimensão nacional e latino-americana. Hoje ela conquistou ainda mais peso, atingindo uma dimensão planetária”.

Foi pela insistência de Pedro em debater suas preocupações com o território amazônico e suas gentes junto à Igreja que, em 1975, uma reunião de Bispos e Prelados da Amazônia foi definitivamente convocada. Realizada em julho, em Goiânia, deu origem à Comissão Pastoral da Terra. O sonho de Pedro avançava em um passo.

“Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar! Malditas sejam todas as leis amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois, fazerem a terra escrava e escravos os humanos.”

Pedro-poeta, profetizou sobre um povo e sobre si

Contra todas as cercas, Pedro fez de sua luta e vida pastoral uma enunciação poética. As palavras do poeta do Araguaia,



Foto: Douglas Mansur

guiadas pelo espírito de seu encontro com Jesus, foram transformadas em versos de poemas e canções que desnudam violências e cantam a libertação de um povo que sofre. Deu origem também a uma revolucionária cerimônia de fé e comunhão. A memorável Missa dos Quilombos é uma celebração poética escrita junto a Pedro Tierra e musicada por Milton Nascimento, que narra as marcas da escravidão no Brasil e manifesta sobre questões urgentes: a fome, a justiça e a Reforma Agrária.

No agosto típico-ensolarado, mais um de seus poemas fez-se profecia. Com uma cruz de pau sob o peito, descansou. Na mesma terra em que caminhou, com os pés voltados para as águas que o constituiu, foi plantado na sombra de um pequi, no cemitério dos peões e Karajás, junto a esses povos por quem sempre viveu e morreu. Deixou-nos o seu mais profundo legado, o sonho e a esperança de uma Terra Sem Males. Lembremo-nos, nestes tempos tão difíceis: “A esperança é um ato de rebeldia”.

“Para descansar / eu quero só / esta cruz de pau / como chuva e sol / estes sete palmas / e a Ressurreição!”

Amém! Axé! Awere! Aleluia!

*Assessoria de Comunicação da Secretaria Nacional

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

À sombra de um frondoso pequizeiro, Pedro foi plantado

O irmão Parkinson, como Pedro se referia à doença, foi implacável com ele. Além da limitação física afetou drasticamente sua capacidade de comunicação. Nos últimos meses se resumia a um forte aperto de mão ou a um olhar mais vivo.

ANTÔNIO CANUTO*

A doença afetou sua capacidade respiratória de tal forma que, quando os médicos de São Félix (MT) reconheceram que na região nada mais poderia se fazer para minorar o seu sofrimento, foi transferido para Batatais, em São Paulo, onde os padres claretianos, sua congregação de origem, dispõem de uma excelente estrutura para atender doentes e idosos. Lá foi internado na UTI da Santa Casa, com todos os cuidados que sua situação necessitava. Mas, no sábado, dia 8 de agosto, seus dias se completaram na caminhada terrena. Lançou-se definitivamente nas mãos do Deus infinito.

Há 49 anos, no mesmo dia 8 de agosto de 1971, Pedro com aprovação de toda a equipe pastoral, havia decidido aceitar a nomeação para ser o bispo desta nova Prelazia.

A última peregrinação de Pedro

Lá em Batatais foi realizado o velório na Capela do Claretiano Centro Universitário. “A ornamentação lembrava a coerência de vida e luta de Dom Pedro Casaldáliga. Árvores queimadas, sobrepostas por arame farpado traziam a morte da floresta causada pelo latifúndio do agronegócio. Por outro lado, a orquídea e a cruz simbolizavam a ressurreição da natureza e de Cristo sobre a morte”, registrou a página do MST. Também ornamentavam o espaço uma bandeira do MST, artesanatos indígenas, uma camiseta da CPT. Após a missa, no dia 9, no



Foto: Dagmar Talga

início da noite, começou sua última peregrinação.

No dia 10, pelo meio dia, o corpo chegou em Aragarças (GO), na casa das Irmãs Claretianas onde um pequeno grupo se despediu de Pedro. No fim da tarde, o corpo chegou ao Santuário dos Mártires da Caminhada, em Ribeirão Cascalheira (MT). É o único Santuário no Mundo dedicado àqueles e àquelas que entregaram a vida em defesa da vida e da justiça, independentemente de religião ou nação. Santuário que nasceu da visão abrangente e totalizadora de Pedro. O santuário foi erguido para memória do martírio do padre João Bosco Penido Burnier, que ali tombou ao acompanhar Pedro ao irem interceder por duas mulheres lá presas e torturadas. O tiro certamente era endereçado ao bispo, só que o soldado identificou no padre, o bispo, pois este tinha um porte físico e trajés mais adequados ao que se imagina de um bispo, não aquela figura franzina em mangas de camisa e sandálias havaianas, que Pedro sempre usava.

No Santuário dos Mártires, um primeiro momento de oração. À meia noite, outro momento, no qual os agentes de pastoral, atuais e antigos, manifestaram como foi seu encontro com Pedro, o que ele significou na vida de cada um.

No dia seguinte, 11, já no salão da Igreja em Cascalheira, a missa e sua despedida. Continuou então a peregrinação... Primeiro, Bom Jesus do Araguaia (MT), onde o povo o esperava na entrada da cidade e se incorporou ao cortejo até a saída do

município, 18 km adiante, Serra Nova (MT). A comunidade o aguardava na igreja. Entre orações e cânticos, falas emocionantes. O cacique xavante Damião, da terra indígena Marãiwatsédé falou da tristeza com a morte de Pedro, “o companheiro de luta”, como assim qualificou o bispo. Serra Nova teve uma relação peculiar com

Pedro. Ainda padre, Pedro lá participava da Campanha Missionária quando aceitou sua nomeação episcopal. Seu apoio aos posseiros fez com que a fazenda Bordon quisesse se ver livre desta figura que a importunava. Foi tocado, recebeu ameaças e um pistoleiro foi contratado para eliminá-lo, como ele mesmo confessou posteriormente à Polícia Federal. Foi em Serra Nova, num barraco de palha que ele acabou de redigir a famosa carta pastoral *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, à luz de lampião e numa pequena máquina portátil de escrever Olivetti.

O cortejo chegou a São Félix, no final da tarde do dia 11. Lá era esperado com todos os cuidados que a pandemia exige. Estavam presentes praticamente todos os padres agostinianos que conviveram com Pedro nos últimos quarenta anos, e que acompanharam o seu dia-a-dia à medida que o Parkinson avançava e o debilitava.

A noite foi marcada, sobretudo, por depoimentos emocionados de pessoas que narraram como foi o seu contato com a Prelazia e seu bispo.

Na manhã do dia 12, a despedida. Antes do início da celebração foram lidas algumas das muitíssimas mensagens recebidas pela Prelazia. O grupo de antigos agentes produziu um grande banner com fotos de suas mãos. Mãos que, junto com Pedro, tentaram construir esta nova Igreja.

A celebração da missa começou com um canto ritual dos Xavante. Ao final dela, foi lida uma mensagem da família de Pedro que pediu que as pessoas que cuidaram de

Pedro, durante todo o período da sua doença, as representasse naquele momento. Assim foi feito, estas pessoas cercaram o caixão enquanto a mensagem era lida.

Dom Adriano Ciocca Vasino leu a bela mensagem enviada por Dom Leonardo Ulrich Steiner, o bispo que sucedeu Pedro em São Félix e que agora é arcebispo de Manaus (AM). Nela afirmou que Pedro era um profeta, mas muito mais que um profeta, era um místico. Suas palavras não eram só letras, eram espírito, pois eram geradas pelo seu profundo encontro com Jesus, e em Jesus, com os pobres. À ocasião foi também destacada a mensagem enviada por Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz e amigo de Pedro.

Estavam presentes os bispos de Porto Nacional, de Miracema do Tocantins e Palmas (TO); como também da Prelazia de Alto Xingu-Tucumã, no Pará, e o de Juína, no Mato Grosso.

A celebração se encerrou com um ritual do povo Xavante e então o corpo foi trasladado para o cemitério, com todos os cuidados necessários impostos pela pandemia.

À sombra de um frondoso pequizeiro – que os xavante calculam que tenha 300 anos –, ao lado de índios Karajá, dos primeiros moradores não indígenas de São Félix, de centenas de crianças, mortas por falta de atendimento adequado e de várias dezenas de peões sem nome, sem qualquer identidade, Pedro foi repousar do jeito que ele queria: Descalço, vestindo uma túnica branca e uma estola nicaraguense, pobre como viveu.

Dom Adriano, atual bispo da Prelazia falou, no comentário às leituras, que Pedro se fez peão com os peões, índio com os índios, posseiro com os posseiros. Que ele cultivou um amor universal sem diferenças de raça, cor e religião, porque o que importava era a construção do Reino. Afirmou ainda que Pedro se fez evangelho, e que a marca registrada desta Igreja é sua força de transformação.

*Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.



Foto: Dagmar Talga

CERRADO

Os efeitos da pandemia da Covid-19 nos Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado

No Brasil, os primeiros casos da Covid-19 foram diagnosticados por volta de fevereiro de 2020, e de lá para cá, avançou dos grandes centros urbanos para pequenas cidades, infectando quase 4 milhões pessoas, levando a óbitos mais de 120 mil vítimas da doença.

VALÉRIA PEREIRA SANTOS*

A interiorização da pandemia ocorrida nos últimos meses tem atingindo povoados, aldeias, comunidades, assentamentos e quilombos. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), 28.815 indígenas foram infectados com a covid-19 e 757 óbitos foram confirmados em decorrência da doença. Entre os povos quilombolas, de acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) são 4.504 confirmações de contágios e 155 óbitos; e nos demais povos tradicionais não tem ocorrido monitoramento, mas, nos relatos das lideranças confirma-se a propagação da doença e óbitos em várias comunidades.

Em julho de 2020, a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado lançou o relatório “Primeiras reflexões sobre a situação das comunidades do Cerrado frente à pandemia do coronavírus”, resultado da pesquisa realizada nos meses de abril, maio e junho, com 71 comunidades rurais de oito estados do Cerrado brasileiro. A pesquisa levantou informações sobre as vulnerabilidades e carências nas comunidades e povos tradicionais do Cerrado frente à pandemia do coronavírus.

O relatório aponta que, para além dos efeitos sanitários devastadores do co-

ronavírus, a pandemia tem aprofundado a situação de pobreza e vulnerabilidade das populações desassistidas dos serviços de saúde, segurança, apoio financeiro e comunicação, conforme a figura a seguir:

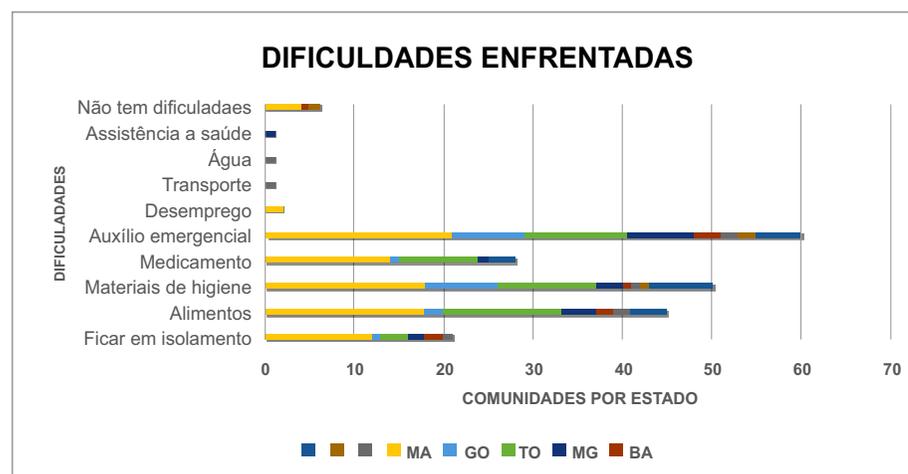
nefício, é a falta de internet. Segundo os dados da Agência Brasil (2020), o acesso à internet só chegou para 25,3%, da população brasileira, ou seja, cerca de 46 milhões de brasileiros estão desconectados

as comunidades em área de conflitos, ter acesso aos meios de comunicação é fundamental para garantir o mínimo de segurança. Pois, a violência do agronegócio e dos grandes empreendimentos não entrou em quarentena, eles continuam agindo com brutalidade, se aproveitando do isolamento que distancia ainda mais as comunidades dos órgãos públicos que neste período estão atendendo de forma remota.

Como reflexo dessa situação de vulnerabilidade, a pesquisa demonstra que muitas comunidades do Cerrado estão passando por necessidades básicas como: 67% têm dificuldades de acesso a materiais de higiene e kits de proteção contra a covid-19; 60% estão com dificuldade de acesso a alimentos; e 37% não têm acesso a medicamentos. Essa situação tem ocorrido devido à perda da geração de renda com o fechamento dos espaços de comercialização da produção agrícola, como as feiras livres, os comércios locais e a comercialização institucional para escolas e creches, e a falta de acesso ao auxílio do governo. Também foram apontadas dificuldades de acesso a água, desemprego e dificuldade de permanecerem no isolamento social.

Apesar desse cenário desolador, no Cerrado estão surgindo muitas iniciativas de enfrentamento ao coronavírus, e a pesquisa realizada pela Campanha do Cerrado ajuda a compreender a dimensão dos efeitos da pandemia e os desafios para fortalecer as comunidades e seus modos de produção. As ações de solidariedades entre comunidades e organizações parceiras tem priorizado a compra de alimentos de uma comunidade para atender às que estão necessitadas. Também tem ocorrido organização das comunidades para fortalecer a auto-proteção através de barreiras sanitárias, rituais de cuidados da saúde através de remédios extraídos das ervas e árvores medicinais, rezas e benzimentos.

Figura 1: Situação de carência das comunidades do Cerrado.



Fonte: Campanha Nacional em Defesa do Cerrado (2020)5.

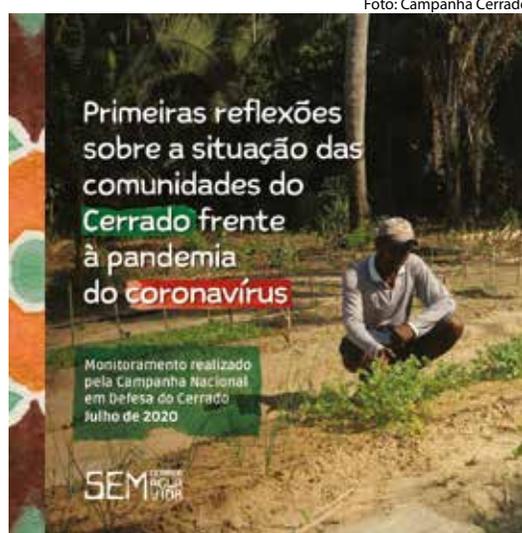
Segundo os dados apresentados pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 80% das comunidades envolvidas na pesquisa tem dificuldades para acessarem o auxílio emergencial, e dentre os impedimentos estão: falta de acesso à internet ou aparelhos de celulares e a dificuldade de acesso às agências da Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

O auxílio emergencial é um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020 aprovado pelo Congresso Nacional que, após muita pressão pública, foi sancionado pela Presidência da República. O benefício visa garantir uma renda mínima aos brasileiros e as brasileiras em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19. Por determinação do Governo Federal, a única forma de acesso ao auxílio é por meio de um aplicativo para celulares com conexão de internet.

Mas, por ironia ou não, um dos principais problemas que dificulta as pessoas de acessarem tal be-

das redes. Nos centros urbanos, o índice é de 20,6% e no campo, o índice é bem maior, 53,5% das pessoas estão sem acesso à internet. Os motivos são vários: 41,6% metade das pessoas desconectadas dizem não acessar por não saber usar; uma a cada três (34,6%) diz não ter interesse; para 11,8% das pessoas, o serviço de acesso à internet é caro; e 5,7%, declaram não ter condições financeiras para a compra de equipamento necessário para acessar a internet, como celular, laptop ou tablet.

Além da falta de internet que impede o acesso ao auxílio, muitas comunidades estão sem meios de comunicação para acessar informações sobre a covid-19 ou comunicação para a segurança das comunidades em situação de conflitos. Outra situação é o isolamento social e o apelo para que as comunidades se mantenham nos seus territórios, evitando os deslocamentos para os centros urbanos onde a covid-19 está mais presente. A comunicação e o acompanhamento por parte das organizações que apoiam as lutas ambientais e territoriais foi dificultada ou impedida. Para



*CPT Araguaia/Tocantins; Articulação das CPT's do Cerrado e Campanha Nacional em Defesa do Cerrado

MULHERES

Pandemia, mais uma resistência para as mulheres

Em março de 2020 uma doença que rondava o mundo se intensificava no Brasil. Era a Covid-19 que se tornou pandemia afetando de uma forma ou de outra, pessoas, classes, idades, lugares

ELENICE MORAIS*

O que no início de março parecia estar longe e não oferecer perigo chega ao fim do mesmo mês indicando novas formas às relações sociais e organização do trabalho, viver como um todo fazendo do isolamento social uma regra de vida. Nenhum espaço ficou livre de entrar nessa nova forma de organização, nem nos grandes centros, nem as comunidades com sua tranquilidade camponesa. Mas essa travessia vem sendo realizada de forma diferente entre gerações, classes, gênero e é sobre o gênero feminino que me debruço para explicar um pouco das observações que colhi nesse tempo pandêmico em comunidades do município de Quixelô –(CE).

Diante da recomendação ao isolamento, principal argumento científico para se proteger da covid-19, as dificuldades em colocar em prática essa recomendação mostrou que a prudência talvez não seja tão humana assim. E, prudência aqui, pode ser observada como solidariedade, amor, respeito, cuidar. O nome vai depender da situação e/ou do ponto de vista, mas, a vítima geralmente é a mulher que vivencia o cotidiano de companheiros e filhos que não coloca em prática nenhuma dessas palavras/ações, desrespeitando as recomendações e colocando em risco a vida de sua esposa, filha, mãe ou irmãs.

O perigo invisível direcionou indireta e principalmente as mulheres à frente do problema. Visto que, os homens em maior imprudência arriscam suas vidas e a vida dessas mulheres, não cumprindo as recomendações científicas. Enquanto a Organização



Foto: Arquivo CPT Nacional

Mundial da Saúde - OMS recomendava a intensificação do isolamento, em linha contrária se situava filhos ou maridos que, em determinado tempo obedeceu às regras políticas para a proteção de todos, mas, em grande parte não cuidou nem de si nem do próximo, ou melhor, da próxima. O cotidiano das mulheres ampliou suas preocupações e conflitos.

A vida social do esposo ou filho se sobrepôs às recomendações da saúde. No bar, pesca, churrasco, na partilha de utensílios domésticos na roça, pelo não ou mal uso da máscara facial e higienização das mãos e corpo, também recomendações da OMS, visita aos parentes, um baralho, a simples circulação evitável, todas, entre outras aqui não mencionadas, tornou o coti-

diano feminino mais difícil, arriscado, conflitante. Não quero apresentar uma situação em que homens cumpram a responsabilidade sobre os riscos nesse momento. Sim, tem muitos homens comprometidos com o respeito à vida de todas e todos. A minha preocupação se dá no fato de que, quando o conflito existe, a mulher quase sempre é a primeira posta à frente, vulnerabilizada. Recai sobre a mulher o conflito ou o resultado dele.

A gestão da vida doméstica ou a própria adesão ao isolamento pelo fato da proteção pessoal e familiar, faz da pandemia mais uma chaga social e as mulheres continuam sendo a principal vítima da situação, mesmo alguns jornais mostrando que elas são mais resistentes à morte pelo vírus que

os homens. Assim são as mulheres no cotidiano. Em luta doméstica e familiar, nas relações políticas, íntimas, de trabalho, enfim, uma resistência eterna sem descanso das regras da sociedade a qual vitima principalmente as mulheres.

Referências:

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEDIDAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL E MEDIDAS RELACIONADAS COM AS VIAGENS NO CONTEXTO DA RESPOSTA À PANDEMIA DE COVID-19

https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52045/OPASBRACOVID1920039_por.pdf?sequence=9



Human Rights Watch denuncia perseguição contra apoiadores e ex-funcionários de Evo

Relatório da ONG diz que Ñez usa governo para perseguir opositores na Bolívia e que não há provas contra ex-presidente

Depois de analisar 20 casos dos mais de 150 contra apoiadores e ex-membros do governo de Evo Morales que tramitam na Bolívia, a Human Rights Watch (HRW) concluiu que o governo de Jeanine Áñez vem usando a Justiça como arma contra seus adversários políticos. Em relatório publicado no dia 10 de setembro, a organização de direitos humanos afirma ter encontrado denúncias infundadas, violações do devido processo legal e da liberdade de expressão e uso excessivo e arbitrário da prisão preventiva.

A HRW também teve acesso a

todo o processo judicial da denúncia de sedição e terrorismo contra o ex-presidente Evo Morales. Com base na análise do processo e nas entrevistas, também concluiu que o caso parece ter motivação política e não se baseia em nenhuma evidência real.

Um dos casos analisados pela HRW é o de Patricia Hermosa, ex-advogada de Evo Morales e ex-chefe de gabinete de seu governo, que exemplifica a brutalidade da perseguição da ditadura boliviana. De acordo com a análise da organização, Hermosa foi detida em 31 de



Foto: Wikicommons-Opera Mundi

janeiro deste ano, acusada de terrorismo e sedição. Grávida, ela foi mantida sob

custódia, o que viola a lei boliviana, sem receber atendimento médico, e sofreu sangramentos em março por dez dias, perdendo o bebê.

Hermosa foi transferida para a prisão domiciliar apenas em 5 de agosto. Todas as acusações contra ela tinham como base um contato telefônico com Morales, feito após a sua renúncia. A Promotoria argumenta que a ligação, da qual não há gravações ou transcrições, faz dela colaboradora nos crimes atribuídos a Morales.

(Fonte: Redação Revista Fórum)

Protestos exigem resposta sobre assassinato de crianças pelo Exército paraguaio

Organizações acusam o governo de Abdo Benítez e o comandante da operação de acobertarem a morte das meninas de 11 anos

Organizações sociais, feministas e migrantes na Argentina realizaram um protesto, no dia 9 de setembro, para repudiar o assassinato de duas meninas argentinas de 11 anos pelas mãos do Exército paraguaio, no dia 2 de setembro.

O ato foi realizado em frente à embaixada do Paraguai no país. Os manifestantes denunciaram as tentativas de acobertamento dos soldados do exército pelo presidente paraguaio, Mario Abdo Benítez (Partido Colorado).

Lilian Villalba e María Carmen Villalba, de 11 anos, foram assassinadas pela Força Tarefa Conjunta (FTC) durante a invasão de uma área controlada pelo grupo guerrilheiro Exército do Povo Paraguuaio (EPP). A ação ocorreu no distrito de Yby Yaú, localizado próximo à fronteira com o Mato Grosso do Sul. O objetivo da operação tinha como foco “neutralizar as forças do EPP”, de acordo com Abdo Benítez. Na ocasião, o presidente chegou a considerar a atuação do Exército como “exitosa”.

Desde que o assassinato das duas meninas veio à público através da denúncia do EPP, uma série de desinformações e tentativas de acobertamento foram divulgadas pelo governo e pelos meios de comunicação hegemônicos do país.

Após as mortes, o governo paraguaio declarou que as crianças estavam em um “campo de recrutamento de menores de idade”. Elas foram apresentadas



Foto: Divulgação-Marcha Notícias

como adolescentes de 15 e 18 anos e integrantes do EPP, quando, na verdade, se encontravam no território para visitar sua família, conforme ficou comprovado com a investigação realizada posteriormente.

As declarações do Exército e do governo paraguaio foram desmentidas após exumação dos corpos, realizada a pedido do governo da Argentina. Após a autópsia, confirmou-se que as duas crianças eram cidadãs argentinas, que foram assassinadas pelas costas e vestidas com roupas do Exército após terem suas roupas queimadas.

Representante de Direitos Humanos da ONU na América do Sul, Jan Jarab, exigiu uma investigação rápida e imparcial por parte do governo paraguaio. “Este é um incidente muito grave que levou à morte de duas meninas que deveriam ter sido protegidas pelo Estado”, disse.

(Fonte: Brasil de Fato com informações de Resumen Latinoamericano e Marcha Notícias).

Prefeita de Bogotá acusa polícia de executar ‘massacre’ durante repressão a protestos

‘São dez mortos, 119 denúncias documentadas de cidadãos que manifestam terem sido vítimas de agressão, abuso policial ou de disparos efetuados por membros da polícia’, disse

A prefeita de Bogotá, Cláudia López, gravou um vídeo, no dia 11 de setembro, em que acusou as forças de segurança de promoverem um “autêntico massacre dos jovens de nossa cidade” na repressão aos protestos contra a violência policial, que tomaram as ruas da capital e de outras cidades na Colômbia, nos dias 9 e 10 do mesmo mês.

“O que aconteceu é um autêntico massacre dos jovens de nossa cidade. São dez mortos, 119 denúncias documentadas de cidadãos que manifestam terem sido vítimas de agressão, abuso policial ou de disparos efetuados por membros da polícia. Há 72 feridos a bala em 48 horas. É o que de mais grave aconteceu em Bogotá desde a tomada do Palácio de Justiça”, afirmou.

A prefeita afirmou que enviou ao presidente Iván Duque e ao procurador-geral da Colômbia, Fernando Carillo, mais de uma hora e meia de gravações registrando abusos policiais contra manifestantes. Neles, segundo López, “se mostra com clareza os membros da Força Pública disparando



Foto: Reprodução

indiscriminadamente em diferentes bairros da cidade. Policiais uniformizados, policiais ocultando seu uniforme ou supostos membros da polícia civil disparando”, disse.

O presidente Duque disse que iria investigar as denúncias. “É doloroso ver esses atos de vandalismo e violência após estes meses dolorosos de pandemia”, afirmou.

(Fonte: Opera Mundi).

PÁGINA BÍBLICA

Evangelho de Lucas

Na última edição do Pastoral da Terra, fechamos o capítulo sobre Mateus. Sandro nos leva agora a ler e refletir sobre o Evangelho de Lucas.

SANDRO GALLAZZI*

Pretexto e contexto

Poucos anos depois nasce o texto de Lucas. Ele conhece Marcos e Mateus, e vai segui-los em linhas gerais. É por isso que os três serão chamados SINÓTICOS (= podem ser vistos em paralelo, colocando os três um ao lado do outro).



Continua de pé a pergunta de sempre: Por que outro Evangelho?

O grupo de Lucas são as igrejas da Ásia Menor, provavelmente as igrejas de Paulo. É um grupo urbano da “cidade livre”. Um grupo pouco homogêneo, onde há pobres e ricos, escravos e livres, letrados e analfabetos.

A reunião é feita nas casas, porém na cidade quem tem uma casa capaz de reunir gente são os livres e não os escravos e os pobres. Por isso acontecem coisas estranhas:

“Ouço dizer que na igreja se torna impossível comer a ceia do Senhor, pois cada um se adianta em comer sua própria ceia e, enquanto um passa fome, outro está bêbado.. Quem envergonhar os que não têm?”

Paulo já havia tomado conhecimento do problema, tendo-o denunciado teologicamente com muita energia, mas não havia apresentado soluções práticas: Se alguém está faminto, que coma em sua casa” - (1Cor 11,18-22).

Com o passar do tempo estes problemas se acumularam e, aos poucos, os pobres, os escravos e as mulheres foram perdendo espaço.

Para a mentalidade grega, isso é lógico e normal. Vamos falar um pouco mais disso:

O mercado internacional greco-romano necessitava de um pensamento internacional que legitimasse e justificasse este projeto político e econômico. Em função deste projeto nasceu a chamada filosofia grega, com seus grandes pensadores: Sócrates, Platão e Aristóteles, que foi o educador de Alexandre o Grande.

Tomando apenas o que é comum a estes filósofos, podemos dizer que a grande novidade da filosofia grega era não necessitar de Deus para explicar a história.

Deus, para os filósofos, era somente o autor do primeiro movimento, era o criador. Depois de haver feito isso, nada mais podia fazer. Não podia, nem devia intervir, porque, do contrário, mostraria de alguma forma que precisava de algo mais. Então não seria perfeito, não seria infinito, nem seria Deus.

Para ser Deus, devia permanecer nos céus, esperando que tudo que criou voltasse a ele, num movimento circular perfeito. Este caminho era a história, era o nosso. O de Deus não é a história, é a eternidade. Portanto Deus permanece longe e impotente para agir. Como caminha a história? Caminha superando o dualismo que tem dentro de si. Não é tão complicado como parece. Vamos tentar entender.

Tudo começa com o homem. Quem é o homem? É um animal racional, um dualismo conflitivo; é alma e corpo, ou melhor,

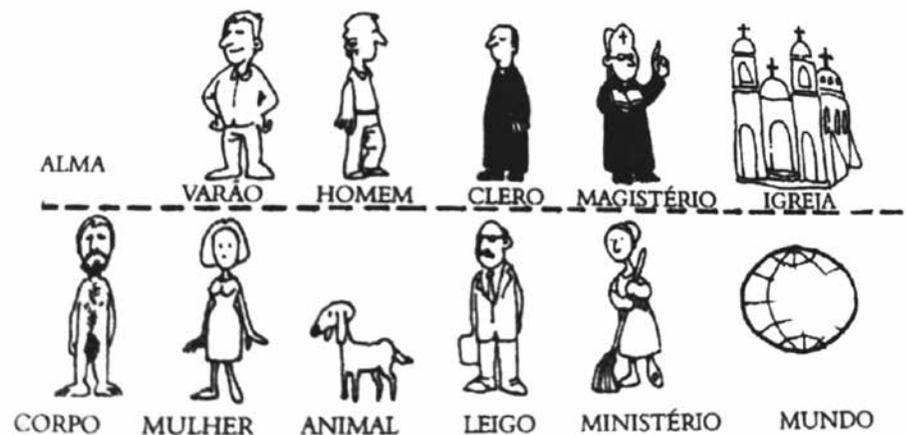
alma

corpo

A LEI DA NATUREZA é que a alma, com sua inteligência e vontade, governe o corpo com seus instintos e paixões. A história será boa se a alma governar o corpo, se não houver desordem, confusão. Vamos estender este dualismo a toda a sociedade e teremos este quadro:

alma	homem	varão	livre	grego	sábio
corpo	animal	mulher	escravo	bárbaro	ignorante

(etc.)



* Assessor da CPT.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Entidades denunciam ação violenta da PM na região do Rio Abacaxis (AM)

A área abrange a região do Rio Abacaxis e a Terra Indígena Coata-Larajal, nos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba. Foram confirmadas, após a ação policial, a morte de um indígena Munduruku e três ribeirinhos, além da morte de dois policiais militares. Manifesto foi entregue a autoridades após coletiva de imprensa.

MÁRIO MANZI*

No dia 17 de agosto, a Arquidiocese de Manaus realizou Coletiva de Imprensa para tratar das mortes ocorridas na região do Rio Abacaxis, no início do mês. Foram registradas, até o momento, sete mortes em decorrência de conflitos das comunidades locais com a Polícia Militar. A região abrange os municípios de Nova Olinda do Norte e Borba, no estado do Amazonas.

Durante a coletiva a Comissão Pastoral da Terra - Regional Amazonas enfatizou a recorrência das práticas denunciadas pelos povos indígenas, populações ribeirinhas e camponesas no estado, entre elas o “uso das forças de segurança pública para fins privados, particulares”. A CPT-AM lembrou que os casos de tortura denunciados na região de Nova Olinda do Norte, teriam sido praticados tanto na zona urbana do município de Nova Olinda do Norte quanto na zona rural, além das execuções que ocorreram na Terra Indígena Coatá-Laranjal e no Rio Abacaxis.

Edna Pitarelli, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) evidenciou que “os indígenas seguem muito aterrorizados, inclusive os ribeirinhos, e estão sem água e sem comida com medo de se deslocarem”. As comunidades denunciam que a polícia deixou os corpos de três vítimas boiando por dias próxima a uma das comunidades, o que deixou a água imprópria para o consumo.

Segundo Fernando Merloto Soave, procurador do Ministério Público Federal (MPF) que participou da coletiva “há denúncias, há muito anos, dos ilícitos que ocorrem na região. As próprias populações denunciam o tráfico, a mineração ilegal” e que há um processo de criminalização das lideranças que realizam o monitoramento legítimo desses territórios.

Após as falas, Dom Leonardo Steiner, Arcebispo de Manaus, entregou um manifesto a representantes do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM). Procuradora-Geral de Justiça, Leda Mara Nascimento Albuquerque, recebeu o documento junto de João Gaspar, promotor de justiça do MPAM. Ela lamentou as violações que ocorrem na Amazônia. “Pensar



Foto: Clodoaldo Pontes

esses povos é também pensar a Amazônia e defendê-la”.

Ao concluir a coletiva, Dom Leonardo agradeceu a manifestação de diversas entidades e finalizou destacando: “A questão é grave e nós esperamos que o estado se mexa. Não podemos continuar desse jeito. Não podemos continuar a massacrar os pobres. Não podemos continuar a matar. Nós não temos direito de matar ninguém”.

O caso

O conflito teria sido iniciado no dia 24 de julho, após o secretário executivo do Fundo de Promoção Social do Governo do Amazonas, Saulo Moysés Rezende Costa - com um grupo de pessoas -, ter adentrado a área do Rio Abacaxis para realizar pesca esportiva, sem licença ambiental e desrespeitando o isolamento social, por conta da pandemia.

O território, invadido pelo grupo, é reivindicado pelo povo indígena Maraguá. A pesca esportiva e o turismo na área requerem emissão de licença ambiental. Neste conflito o secretário acabou ferido no braço.

No dia 03 de agosto, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) enviou policiais do Comando de Operações Especiais e do Batalhão Ambiental da Polícia Militar, para

realizar uma operação, que teria como finalidade alegada de coibir o tráfico de drogas na região.

Durante a ação, conforme apuração do Ministério Público Federal (MPF), os policiais não estavam fardados e abordaram vários ribeirinhos e indígenas sem se identificarem como policiais. Os policiais teriam ainda usado a mesma embarcação de turismo que transportou o grupo de pessoas, no qual estava o secretário, no dia 24 de julho.

Nessa operação, dois policiais morreram durante uma suposta emboscada a traficantes. Por conta da morte dos policiais, a Polícia Militar organizou uma operação no Rio Abacaxis, que envolveu cerca de 50 policiais. Em seguida à operação, o MPF recebeu diversas denúncias por parte das populações ribeirinhas, indígenas e comunidades da região, afirmando que a PM praticou vários abusos. Entre as denúncias, foram listadas, conforme relatos locais, o uso de armas de fogo para intimidar os moradores, crianças e idosos; a proibição de circular pelo rio; uso indevido de forças policiais para serviços particulares; tortura; cerceamento de liberdades individuais e coletivas; queima de casas e execuções.

As comunidades locais afirmam que os abusos ocorreram por retaliação

ao revide da invasão do dia 24 de julho. Foram confirmadas, após a ação policial, a morte de um indígena Munduruku, três ribeirinhos e o desaparecimento de dois adolescentes e um indígena Munduruku, além da morte de dois policiais militares, um suposto traficante, e seis pessoas feridas.

Em nota divulgada pelas entidades que acompanham o caso, elas exigem, entre dez pontos listados:

“O cessar imediato de todo tipo de repressão e/ou violência que vem sendo cometido contra comunidades tradicionais, o Povo Indígena Maraguá e Povo Indígena Munduruku, que habitam os Rios Abacaxis e Rio Marimari, nos municípios de Nova Olinda do Norte e Borba; que sejam de imediato afastados dos seus respectivos cargos o Secretário responsável da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, o Comandante Geral da Polícia Militar presente no local e citado diretamente na prática de torturas; do Corregedor Geral do SSP, e Delegados também presentes na operação; Determine-se a responsabilidade do Governador do Estado, Wilson Lima, pela desastrosa operação policial.”

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT com informações da CPT-AM

MEMÓRIA

Na vida e na morte Pedro sacode a Igreja

Algum estranho que chegasse a São Félix do Araguaia naquele dia 12 de agosto de 2020, ao ver um enterro no cemitério onde estavam enterrados dezenas de peões sem nome, prostitutas assassinadas, centenas de crianças que não tiveram chance de viver, ao lado do cemitério dos Karajá, não poderia imaginar que ali estava sendo enterrado um bispo, o primeiro bispo de São Félix do Araguaia, Pedro Casaldáliga.

Sem qualquer vestimenta ou adereço que os bispos costumam usar – envolto por uma túnica litúrgica, uma estola feita de retalhos que o povo da Nicarágua lhe ofertou, um terço e uma cruz feitos de sementes, pelos Xavante, os pés descalços – Pedro, como sempre viveu, assim também foi sepultado.

Sua vida austera e pobre, sua palavra cortante e contumaz, sua rebelde fidelidade ao Evangelho e ao povo e sua sepultura entre os descartados pela sociedade, são uma denúncia de uma Igreja que optou pelo poder em vez do serviço, pela ostentação, no lugar da simplicidade evangélica, e

é uma forte proclamação para uma radical conversão para um estilo de vida e de conduta conforme os ensinamentos do pobre de Nazaré.

Pedro - era assim que ele era chamado sem qualquer outro

Foto: Douglas Mansur

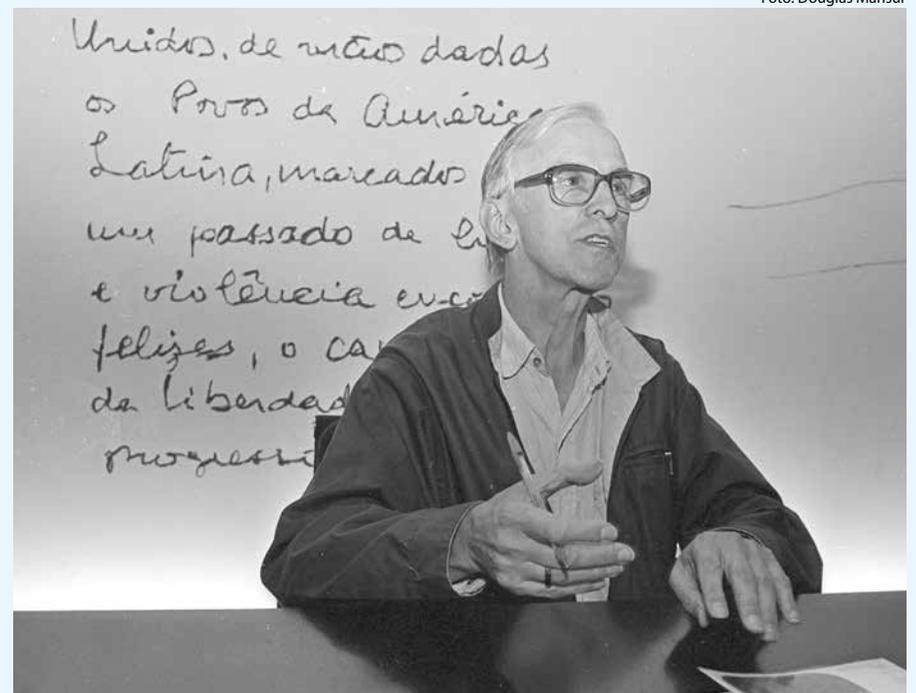


Foto: Douglas Mansur

aditivo - levou a sério o pacto das Catacumbas ao qual um grupo de bispos se comprometeu ao final do Concílio Vaticano II.

- "Procuraremos viver segundo o modo ordinário da população, no que concerne à habitação, à alimentação e aos meios de locomoção"
- "Para sempre renunciamos

à aparência e à realidade da riqueza"...

- "Recusamos ser chamados com nomes que signifiquem a grandeza e o poder (Eminência, Excelência, Monsenhor...). Preferimos padre"
- "Evitaremos aquilo que pode parecer conferir privilégios"...

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica

9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA